

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS NA ONTOLOGIA DE GYÖRGY LUKÁCS

Rafael de Almeida Andrade *

Renan Araújo Kell **

IDEOLOGY AND SOCIAL CLASSES IN THE ONTHOLOGY OF GYÖRGY LUKÁCS

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender os complexos sociais de ideologia e classes sociais, partindo do arcabouço onto-metodológico marxiano-lukácsiano, seguindo duas categorias centrais: a de “totalidade” e de “mediação”, daquilo que já estava contido em Marx como “síntese de muitas determinações”. A partir da tradição lukacsiana, principalmente, através de seus estudos localizados em seu livro Para uma ontologia do ser social II, buscamos traçar substancialmente como se dão as constituições ideológicas, e quais são as funções que desempenham os aspectos da ideologia no seio da sociedade de classes. Bem como Lukács entende o complexo das classes sociais e o problema da consciência de classe, isso é, a problemática da classe “em-si” e sua superação “para-si”. A pesquisa tem um caráter bibliográfico, orientada para apropriação imanente do arcabouço categorial da obra de maturidade do filósofo húngaro György Lukács.

Lukács. Ontologia. Ideologia. Classes Sociais.

Abstract

The present article has the goal of understand de social complexes of ideology and social classes, starting from the marxian-lukacsian onto-methodological framework, following two central categories: the “totality” one and the “mediation” one that came from what was already established in Marx theory as a “synthesis of many determinations”. From the lukacsian tradition, mainly, through his studies located in his book For an ontology of the social being II, we seek to draw substantially how the ideological constitutions occur, and which are the functions that paly the aspects of the ideology in the heart of the society of classes. As well as Lukacs understands the complex of social classes and the problem of class consciousness, in case, the problematic of the “in-itself” class and it’s overcoming “for-itself”. The research has, in general lines, a bibliographic character, oriented to immanent appropriation of the categorial framework of the maturity work of the hungarian philosopher György Lukács.

Lukács. Onthology. Ideology. Social Classes.

* Estudante de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília). Atualmente é Mestrando em Ciências Sociais pela mesma instituição e participa Do Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana NEOM/UNESP-Marília. E-mail: rafinha_fut9@hotmail.com

** Estudante de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília). E-mail: renan.kell@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O capitalismo é um sistema social, econômico, ideológico, cultural, político etc., responsável pela forma de sociabilidade que permeia a vida cotidiana dos indivíduos, o que dessa forma gera relações sociais permeadas pela forma do capital. A sociedade burguesa marca o surgimento de uma nova forma de relação entre os homens, isto é, no modo de produção capitalista as relações sociais são antes de tudo um instrumento de enriquecimento privado, essa é a essência do individualismo burguês, ou seja, é inerente a sociabilidade permeada pelo capital (LESSA e TONET, 2011; DOTI, 2016).

A forma individualista, privada, e de acumulação de riqueza, que caracteriza o capitalismo, faz com que esse pleno desenvolvimento seja apenas aproveitado pelas classes dominantes e negado aos trabalhadores. Essa sociabilidade gera uma permanente contradição, pois o desenvolvimento das forças produtivas significaria objetivamente, que por consequência, os homens trabalhariam menos e produziriam mais. Se analisarmos de maneira lógica, isso acarretaria em maior tempo livre para os indivíduos, pois a produção aumentaria e o tempo necessário de produção cairia decorrente do salto tecnológico, mas sabemos que isso não acontece, pelo contrário, o que ocorre é uma maior exploração do trabalhador, pois o que interessa para a burguesia é a riqueza pessoal, privada, e o aumento de lucro (*Ibidem*, 2011).

Os resultados do desenvolvimento das forças produtivas, a introdução de tecnologias avançadas, geraram resultados cada vez mais perversos para classe trabalhadora, como por exemplo: a crescente taxa de desemprego e consequentemente o aumento do “exército industrial de reserva” que amplia a concorrência e a pressão entre os próprios trabalhadores. Outro exemplo desse processo foi o aumento da jornada de trabalho em ritmos cada vez mais frenéticos, bem como a redução real dos salários impulsionados pela própria concorrência entre os trabalhadores. Assim as contradições entre a produção social da riqueza em uma escala crescente de produtividade e a apropriação privada dela é a essência de uma sociedade burguesa madura e consolidada. (*Ibidem*, 2011)

Para tanto, a tradição das análises dos complexos reais pela escola marxista limitou-se em sua grande maioria a uma análise meramente economicista da realidade.

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS

Os fundamentos sociais, compreendidos em sua totalidade real e concreta, perpassam por uma vasta área além da própria constituição do plano meramente econômico. O caráter estrutural do todo social, não pode ser compreendido se tomarmos como secundário as características da superestrutura, ou seja, os aspectos ideológicos de determinado processo histórico que está ligado umbilicalmente aos fatores econômicos de determinada sociedade.

A CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL E O EMBRIÃO DA CATEGORIA DE IDEOLOGIA

A constituição do ser social perpassa necessariamente a categoria trabalho, pois a objetivação das ações humanas alienadas, e a natureza mediada pelo trabalho, reconfigura o plano real proporcionalmente a própria reconfiguração humana. O nascimento do plano ontológico do ser social vincula-se a prévia ideação das ações humanas no ato de transformação da natureza, ou seja, o que Lukács define por pôr teleológico primário nada mais é que a dimensão da totalidade da ação humana objetivada na natureza, nas palavras de Carli:

A única posição teleológica primária é o *trabalho*. O trabalho é a forma de práxis privilegiada do ser social, pela qual o gênero humano se apropria da natureza para produção de seus meios de subsistência. É a condição eterna da vida social. Trata-se de uma forma primária de posição teleológica porque é aquela que garante a subsistência humana; o caráter “primário” atribuído por Lukács diz respeito a uma determinação ontológica e não cronológica (RANIERI, 2013, p.64, *grifos do autor*).

O por teleológico primário é o que caracteriza o homem em quanto ser social, e o homem nas palavras do autor, é um ser que dá respostas. Através das causalidades abre-se o leque de alternativas que os homens através de suas ações se objetivam, e essas decisões se constituem como um momento ideal, pois é através deste momento ideal que se conclui estágios e abrem novas perguntas ainda sem respostas (LUKÁCS, 2013). Com o desenvolvimento das forças produtivas e o afastamento cada vez mais constante do homem com a natureza¹, seja através da técnica, seja através da perda da pré-ideação geral da transformação da natureza, cria-se uma dimensão que legitima e está ligado umbilicalmente aos pores teleológicos primário, o que se caracteriza por

¹ Aqui é fundamental compreender que o afastamento do homem com a natureza jamais alcançara uma autonomia sobre esta, pois a existência humana depende necessariamente do intercâmbio ineliminável entre homem e natureza.

ideologia, mais precisamente o por teleológico secundário, sobre a “elevação” do por primário ao secundário, Vaisman nos apresenta que:

a diferença básica entre os dois tipos de posições teleológicas é, pois, que, enquanto a primeira desencadeia cadeias causais, a segunda tem por objetivo o comportamento dos outros homens, isto é, provocar a mudança para uma nova posição teleológica (VAISMAN, 2010, p. 48).

Com uma complexidade constante das relações sociais, formam-se áreas que procuram dar respostas a problemas que antes não existiam no seio constitutivo do ser social, tais como as áreas jurídicas, políticas, artísticas, filosóficas, religiosas etc., onde os homens passam a ter a dimensão da realidade através dessas áreas procurando solucioná-las.

Cairíamos no plano gnosiológico se afirmássemos que a constituição da ideologia desvinculasse necessariamente do plano real, material, pois se a ideologia se caracterizasse como um ente a parte do plano concreto “a posição teleológica, formulada na consciência (momento ideal), preceda a realização material, não leva, portanto, do ponto de vista ontológico, à existência de dois atos autônomos: um material e outro ideal” (VAISMAN, 2010, p. 47). As funções das ideologias não teriam importância na apreensão do real, muito menos em sua transformação. Sobre este ponto é de extrema importância ter a dimensão da diferenciação do plano ideal e do plano ideológico, e sobre esta problemática que iniciaremos o próximo ponto, pois “O sentido concreto de ideologia, portanto, é mais amplo do que o do conceito estrito de ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 468).

IDEIA E IDEOLOGIA

A distinção da categoria de ideologia e ideia é fundamental, pois nem toda ideologia dominante é uma ideia e nenhuma ideia é ideologia, ou seja, a ideia tomada em seu aspecto generalizante seja por um indivíduo singular, seja por uma disseminação social, sendo esta ideia valorativa no âmbito moral, satisfatoriamente ou depreciativa, não se caracteriza por ideologia, mas podem vir tornar a ser. Um complexo de ideias, só ganhará caráter ideológico se este ao longo do seu momento ideal, mais precisamente em seu momento predominante, ou seja, a partir do momento que desempenha uma

função social, a partir do ponto que cria ferramentas sensíveis e inteligíveis na resolução de problemas cotidianos e conflitos sociais podendo vir a se constituir como ideologia.

A constituição de uma determinada ideologia em seu plano sensível e inteligível perpassa a exteriorização das ideias em caráter social, pois a constituição da ideologia é a potencialidade de transformação do plano real em dimensão histórico-social. Podemos caracterizar a constituição e consolidação da ideologia burguesa através das revoluções burguesas vinculadas e respaldadas necessariamente aos ditames da ideologia burguesa. Lukács exemplifica que a constituição de uma ideia como a seleção natural das espécies de Darwin pode vir tornar a ser uma ideologia, como se caracterizou por eugenia, supremacia branca ou “darwinismo social”, pois “a passagem de uma ideia para o plano ideológico pode dar-se no trajeto percorrido através de múltiplas mediações, inclusive de tal maneira que só no processo de mediação essa transformação se torne fato” (LUKÁCS, 2013, p. 468).

É fundamental uma caracterização da ideologia se valendo da contradição interna de seu movimento, pois a concepção de ideologia já foi caracterizada como falseamento da realidade, realidade invertida, espelhamento invertido da realidade, falsa consciência, uma consciência invertida da realidade, uma forma desfocada e transfigurada do plano concreto, ou seja, uma inverdade das relações sociais - confundindo-se em grande medida com o que entendemos como estranhamento² e ou alienação³, e mesmo as concepções de estranhamento e alienação não se caracterizam como um ente a parte do plano concreto, onde o sujeito-objeto destoa do idêntico. A contraposição da falsa consciência esta respaldada pela verdade científica (erroneamente), onde possui o caráter de valoração do que é verdadeiro e do que é falso. Onde a verdade é a ciência e a falsa acepção do real é a ideologia, é possível compreender os traços claros do

² Sobre estranhamento compreendem-se as contradições veladas e escamoteadas da realidade, um exemplo bastante claro são as religiões, porém não se limita apenas no plano religioso e perpassa as várias formas de sociabilidade humana, tais como a economia, a própria constituição do ser social – o trabalho etc.

³ Não entraremos na longa discussão tautológica conceitual da existência de alienação positiva ou negativa. Entendemos muito sistematicamente e introdutoriamente por falta de espaço que a alienação ou mais precisamente a exteriorização como o movimento de dispêndio da força vital tanto física quanto psíquica na produção e reprodução da vida.

positivismo nessas afirmações, onde a determinação do real perpassa a “verdade” pura e neutra científica.

Através das críticas dos movimentos gnosiológicos, metafísicos, positivistas, lógicos-idealistas, Lukács (2013), abre caminho para o estudo da ideologia em um patamar no plano ontológico, ou seja, a centralidade da ideologia não perpassa à abstrações infundadas, mas no próprio movimento contraditório da realidade, e toma uma posição no plano ontológico-prático. A função da ideologia está ligada diretamente na resolução de problemas reais, cotidianos no plano social. A ideologia só se faz ideologia se está à conscientizar os indivíduos no plano prático, na resolução de problemáticas cotidianas, aqui encontramos um dos aspectos ontológicos do ser social, tal qual “não poderia se desdobrar no interior da esfera da natureza (a inorgânica e a biológica), pois a sua processualidade requer a presença de um órgão e de um médium apenas existente no ser social: a consciência (LESSA, 1997, p. 14).

Dando seguimento ao debate Lukács nos apresenta,

Logo, a existência social da ideologia parece pressupor os conflitos sociais, que precisam ser travados, em última instância, em sua forma primordial, isto é, socioeconômica, mas que desenvolvem formas específicas em cada sociedade concreta: justamente as formas concretas da respectiva ideologia. Naturalmente, os portadores ontológicos imediatos de toda atividade social e, portanto, também dos conflitos, são os homens singulares. Por isso mesmo, no plano imediato, todos os conflitos também se manifestam como embates de interesses entre homens singulares ou então entre estes e grupos humanos ou entre dois grupos desse tipo (LUKÁCS, 2013, p. 471)

Podemos afirmar que os homens singulares imbuídos de consciência, utilizam-se da mediação ideológica para a resolução de problemas reais e concretos, ou seja, a ideologia tem sua gênese no auxílio de problemas cotidianos e complexos imediatos, pois a imediatividade das relações humanas é apreendida em sua forma mais fenomênica, mais imediata. As validades das afirmações até aqui expostas podem ser encontradas em formas específicas da ideologia, como é o caso do plano jurídico, político e educacional. Iremos nos temas seguintes expor o movimento que unidade contraditória da ideologia perpassa nas complexidades do plano imediato vinculadas necessariamente as lutas de classes.

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS

É fundamental expor que a ideologia está no âmbito do extra-econômico, porém em última instância suas motivações e funcionalidades estão ligadas diretamente aos ditames do movimento econômico. Podemos compreender esse movimento quando olhamos na perspectiva histórica, pois cada nova formatação da sociabilidade dos homens como, por exemplo, a transformação das forças produtivas e relações de produção criam necessariamente uma determinada ideologia, esta é a função da ideologia. Pois, “aquilo que chamamos de ontologia da vida cotidiana deve desempenhar um papel decisivo como mediação entre a condição econômica e a ideologia dela decorrente” (LUKÁCS, 2013, p. 481). A visão e a legitimidade ideológica esta vinculada necessariamente a um determinado estrato social, mais precisamente a uma classe social. Mesmo as sociedades mais primitivas⁴ possuindo um grau de desenvolvimento ainda rudimentar, eram possuidores de mitos e superstições mágicas que auxiliavam nas várias problemáticas do cotidiano. Pois,

Tudo que a cultura humana criou até hoje nasceu não de misteriosas motivações internas espirituais (ou coisa que o valha), mas do fato de que, desde o começo, os homens se esforçaram por resolver questões emergentes da existência social. É à série de respostas formuladas para tais questões que damos o nome de cultura humana (ABENDROTH; HOLZ; KOFLER, 1969, pp. 170-171).

Fica evidente que as variadas transformações sociais tiveram sua própria ideologia, sua própria cultura. Por exemplo, o mundo grego e sua mitologia legitimando suas relações de produções escravistas, o sistema feudal e sua ideologia cristã legitimando suas relações de produção servil, o sistema capitalista em seu germe tendo o protestantismo como forma legitimadora do lucro e do trabalho assalariado. Como afirma Lukács:

A história mostra que, na medida em que essa ontologia é carregada por tendências fundamentais da sociedade, muitas vezes ocorre que verdades científicas que a contradizem ricocheteiam impotentes e inefetivas nesse muro da ideologia, mas em outros casos, quando encontramos nela algum apoio, de repente adquirem um ímpeto que arrasa os preconceitos e passam a ocupar o centro da ontologia cotidiana do seu período. (LUKÁCS, 2013, p 476)

⁴ Importante frisar que o primitivo esta ligado diretamente ao modo de produção, onde as forças produtivas estão em um estágio menos desenvolvidos.

Imprescindível compreender as transformações sociais não de uma forma mecânica, onde cada forma de produção e as relações de produção tivessem apenas uma forma ideológica de legitimidade de determinado sistema, pois as formas ideológicas podem se intercalar, de acordo com as múltiplas determinações do real, ou seja, para cada nova problemática ou questão cotidiana uma determinada forma ideológica pode ganhar centralidade que antes aparecia como secundária.

ASPECTOS UNIVERSAIS E PARTICULARES DA IDEOLOGIA

Lukács se valendo das apreensões marxistas, do método de análise da realidade: a dialética, a universalidade, particularidade, fenômeno e essência, a totalidade. Compreende como fundamentais para estabelecer o movimento interno da ideologia. Procuraremos simplificar uma temática complexa dos estudos de Lukács, com a preocupação de não deturpar e generalizar o movimento do próprio conceito. Para tal é fundamental nos valermos de suas próprias palavras onde:

Na perspectiva ontologia, essência e fenômeno constituem, também no âmbito do ser social, um complexo unitário, mas que consiste de complexos reais, que se modificam e se preservam em sua interação. Essa dialética – algumas de suas determinações mais importantes foram identificadas por Hegel – mostra, por um lado, que a essência é um determinado tipo, um determinado estágio do próprio ser, que, em sua separação, em sua autonomização – relativa – do ser, ganha expressão, em sua universalidade, um movimento do próprio ser; mostra, por outro lado, que a vinculação de essência e fenômeno é necessária; a produção de fenômenos faz parte da essência da essência. (LUKÁCS, 2013, p 490).

Lukács (2013) busca analisar as contradições internas da própria ideologia, e em que medida o universal e o particular se concatenam. Pois as respostas as problemáticas cotidianas são funções particulares, de indivíduos singulares, mas que carregam em sua dimensão a totalidade da universalidade. Indivíduos singulares mesmo sem a compreensão dos fundamentos das respostas dadas a diversificados problemas são imbuídos por coerções ideológicas mesmo sem a dimensão de que as possuem. Pois a ideologia como função social, atravessa e se metamorfoseia nas relações singulares, recria-se em seu interior se valendo de respostas passadas e se transmutando de acordo com o movimento do real. A acepção do movimento da ideologia é fundamental para compreender a própria gênese ideológica, e o que sustenta uma ideologia enquanto função (LUKÁCS, 2013).

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS

A universalidade ideológica está ligada a sua particularidade, porém quando analisada em seus complexos singulares pode necessariamente possuir características diversas à universalidade, é o que Lukács (2013) define como relações causais de essência e fenômeno. As ações humanas, imbuídas de pores teleológicos, almejam e se valem de prévias ideações para dar respostas. Mas não necessariamente a finalidade corresponde com os pressupostos, com isso as causalidades entre atos singulares criam novas formas e novas respostas a problemas de novo tipo, o que “significa que a convergência e a divergência de socialidade e generidade propõe tarefas permanente novas a serem cumpridas pela atividade material e ideológica dos homens”. (LUKÁCS, 2013, p 491). Com isso fica evidente que as ações econômicas não necessariamente geram ideologias e respostas idênticas do plano econômico. Pois as relações econômicas operam independente de vontades singulares no que concerne a totalidade das relações sociais.

É possível compreender a universalidade no processo econômico global, e as problemáticas singulares de complexos particulares na sociabilidade humana. Peguemos um exemplo real como sanções econômicas e bloqueios comerciais internacionais, e a modificação da sociabilidade entre os indivíduos dos países afetados por determinados bloqueios. Ou em casos extremos de enfrentamentos bélicos entre países como E.U.A e Vietnã, e o nascimento de ideologias como o movimento beatnik. Valem-nos de alguns exemplos para demonstrar como os movimentos da universalidade e da singularidade se concatenam e sobre este ponto é fundamental sua compreensão no seio da luta de classes, e como se dá o poder da ideologia na legitimidade e ou na conservação da hegemonia de classes. É sobre esse prisma que iniciaremos o próximo ponto.

O PODER DA IDEOLOGIA E A IDEOLOGIA DO PODER

Através das análises lukacsiana de ideologia, é imprescindível nos valermos da concepção da luta de classes marxiana, para compreender os fundamentos e a coerção que o plano ideológico desempenha nas relações e nas atividades do homem. Para tal é substancial os ensinamentos de Marx sobre o assunto:

A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase

toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história. (MARX, 2007, p.86).

Os ensinamentos de Marx clareiam o entendimento da concepção de ideologia, onde afirma que as “ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX, 2007, p. 47, *grifos do autor*). A força espiritual desempenha a função primordial no que diz respeito às mudanças sociais ou a conservação de suas próprias funções. A ideologia é o mecanismo utilizado pelas classes sociais para aglutinar a força espiritual ora para conservar ora para transformar a sociedade. Sobre a ideologia dominante Mézáros nos apresenta importantes contribuições para o entendimento, onde afirma:

a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2004, p. 59).

A classe dominante detentora tanto dos meios de produção como dos meios de produção das faculdades espirituais de toda sociedade, busca a todo instante legitimar seu modelo e seus moldes de sociabilidade humana, no plano das artes, no gênero literário, no plano educacional, nos espaços de comunhão social, no plano jurídico, etc. Nada passa despercebido quando a luta pela hegemonia ideológica se acirra. Até mesmo o controle dos sentimentos humanos perpassa o plano unitário ideológico de determinada classe. É sobre esse ponto e essa problemática que daremos continuidade em nosso estudo.

O COMPLEXO DAS CLASSES SOCIAIS

Nesse sentido, o trabalho é um ato de pôr consciente, como já vimos. No que diz respeito ao dever-ser no trabalho, determina não só o seu comportamento no trabalho, mas seu comportamento em relação a si mesmo, enquanto sujeito do processo de trabalho. Este, no entanto, é um processo entre homem e natureza, seu caráter ontológico essencial. Na esfera societal os indivíduos também podem agir sobre as

causalidades postas em movimento que se relacionam socialmente a partir do fim postos anteriormente. Dessa forma, como assegura Lukács, a constituição de um fim posto do objeto e dos meios, também determina a essência do comportamento subjetivo, o que promove certas qualidades dos homens, e que mais tarde serão de grande importância para formas de *práxis* mais desenvolvidas (LUKÁCS, 2013).

Porém, quando falamos de pores teleológicos, com fim de induzir outros homens a pores teleológicos, que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põem adquire um papel fundamentalmente diferente, pois o desenvolvimento das relações sociais entre os homens vai implicar também que autotransformação do sujeito torna-se um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser. Claro que esses pores em si têm uma complexidade muito maior, mas exatamente porque também se distinguem qualitativamente das formas do dever-ser do processo de trabalho. Portanto: “o fato fundamental comum de que se trata, em todos os casos, de relações do dever-ser, de atos nos quais não é o passado, na sua espontânea causalidade, que determina o presente”, pelo contrário “é a tarefa do futuro, teleologicamente posta o princípio determinante da *práxis* a tais atos” (*Ibidem*, 2013, p. 105, *grifos do autor*).

O dever ser no processo de trabalho já contém, enquanto tal, possibilidades de variados tipos, tanto objetivos como subjetivos. Quais dessas e de que modo se tornam realidade social depende do respectivo desenvolvimento concreto da sociedade e – também sabemos isto – somente se pode compreender tal desenvolvimento de maneira adequada, em suas determinações concretas, *post festum* (LUKÁCS, 2013, p. 106, *grifos do autor*).

O ser social é dessa maneira um ser histórico em constante desenvolvimento, posto pela sua própria atividade, em uma condição dialética de permanente relação de necessidade-superação-nova necessidade, resultado de pores teleológicos singulares e de suas realizações, ambos nas formas de alternativas, que é realizada em determinado tempo e espaço histórico. Assim o aperfeiçoamento do trabalho é uma característica ontológica desse ser social que da resposta as necessidades concretas, “disso resulta que, ao constituir, o trabalho chama à vida produtos sociais de ordem mais elevada” (LUKÁCS, 1978, p. 08; MAZZEO, 2015).

A necessidade histórica, entretanto, não é e nunca foi uma força *independente* da vontade dos homens. Os homens – os indivíduos – agem,

cada um perseguindo seus próprios fins. As ações individuais, todavia, na medida em que alcançam repercussão na história coletiva não são puramente casuais, arbitrárias, porque partem de desafios concretos, objetivos, colocados pela situação material em que vivem os homens de cada época, de cada povo, de cada classe social (KONDER, 2009, p. 49, *grifos do autor*).

O processo de desenvolvimento dos homens é sempre contínuo, porém não linear, em uma constante absorção, interação, reprodução e descoberta de novos conhecimentos derivados de objetivações passadas e de novas necessidades concretas. Assim, é por meio desse processo dialético que os homens desenvolvem suas forças produtivas, em graus mais elevados, em constante aperfeiçoamento, como é o caso da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho é um processo elementar do desenvolvimento do próprio trabalho, se constitui como consequência de pores teleológicos singulares de homens singulares, porém uma vez existentes, defronta-se com homens singulares na forma de poder social, tal poder assume em relação a eles um caráter autônomo de ser, embora esse tenha surgido dos seus próprios atos de trabalho. Juntamente com esse processo aparecem dois complexos que diferenciam com nitidez a sociedade originalmente unitária: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e a divisão entre cidade e campo, que ininterruptamente se cruzam com o surgimento de classes sociais e os antagonismos de classes (LUKÁCS, 2013).

Cabe-nos ressaltar nesse momento, que as posições teleológicas que se manifestam a partir da divisão do trabalho, já não se tratam de elaborar fragmentos da natureza de acordo com as necessidades humanas, mas, nesse caso, esses homens são induzidos a realizar algumas posições teleológicas segundo um modo predeterminado, ou seja, torna-se necessário encontrar meios em que garantam a unidade finalística na preparação e na execução do trabalho (LUKÁCS, 1978; LESSA; TONET, 2011).

Com a diferenciação social de nível superior, com o surgimento das classes sociais com interesses antagônicos (escravos e senhores, senhores feudais e servos, e a que nos cabe nesse momento do texto o proletariado e a burguesia), o pôr teleológico torna-se o que o marxismo vai denominar de ideologia. Com os conflitos de classe manifestados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas, a

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS

ideologia produz formas através das quais esses homens tornam-se conscientes desse conflito e neles se inserem mediante a luta, ou no caso da ideologia dominante, produz a mistificação da realidade e manutenção da dominação (LUKÁCS, 1978).

O caminho até a primeira divisão está contido, em germe, já na mais primitiva divisão do trabalho: os pores teleológicos necessários assumem, como vimos, duas formas: pores que buscam realizar a transformação de objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza), visando realizar fins humanos, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, visando levá-los a executar os pores desejados (LUKÁCS, 2013, p. 180).

Quanto mais o trabalho se desenvolve e com ele a divisão do trabalho, mais autônomos são os pores teleológicos secundários (ideologia), assim quanto mais autônomos são os pores teleológicos secundários, mais se desenvolve como complexo da divisão do trabalho. No plano social, com o surgimento das classes sociais, os pores dessa espécie podem ser colocados de forma espontânea ou institucional a serviço da dominação sobre aqueles oprimidos (LUKÁCS, 2013).

A reprodução social de fato se realiza, em última análise, nas ações dos homens singulares – a realidade do ser social se manifesta de modo imediato no homem –, mas essas ações a serem realizadas forçosamente se encaixam uma na outra para formar complexos de relações entre os homens, que tendo surgido, possuem certa dinâmica própria, isto é, não só existem, se reproduzem e se tornam socialmente operativos independentemente da consciência dos homens singulares, mas também proporcionam impulsos mais ou menos, direta ou indiretamente, decisivos para as decisões alternativas (*Ibidem*, 2013, p. 180).

Com os desdobramentos da divisão do trabalho, transpassa-se para sua forma histórica mais importante, o processo de formação das classes sociais e sua diferenciação. Onde sua origem reside no valor de uso específico, gradativamente surgido, da força de trabalho, capaz de produzir mais do que é necessário para sua reprodução. Essa diferenciação de classe “é o desenvolvimento da produção, de suas formas e limitações específicas, que determina o tipo da diferenciação de classe, da função social e da perspectiva das classes” (LUKÁCS, 2013, p. 183).

As relações de produção são predominantemente determinadas pela forma particular de cada modo de produção, esse é seu estatuto ontológico, dessa forma se determina as formas particulares de cada classe. Cada sociedade em particular é fundada por um modo particular de trabalho, as classes sociais existem apenas enquanto

determinação reflexiva. Ou seja, do ponto de vista ontológico, cada classe social enquanto complexo social, só pode existir em certa sociedade, por essa razão, a sua existência se dá por meio de uma irrevogável relação com a totalidade da sociedade, com as forças produtivas em geral e com as demais classes dessa mesma sociedade. De certa forma, isso nos mostra que uma classe só existe socialmente em interação prática com as demais classes (LUKÁCS, 2013).

Marx (2007, p 154) apud Lukács (2013, p. 184):

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim essa massa já é uma classe diante do capital, mas não o é para si mesma. Na luta (...), essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma.

Dessa maneira, o proletariado se forma como classe “em si”, isto é, como produto das determinações objetivas. Marx indica que a condição do “em si” e “para si” se relaciona com conjunto das relações de produção e das contradições que daí emerge, isto é, da luta entre capital e trabalho. Lukács (2013) ressalta, que por mais que as classes formem complexos sociais singulares, determinados economicamente dos modos de produção, esses complexos sociais, existem em relações e referências recíprocas.

Pois bem, a partir da citação anterior de Marx, podemos constatar que de fato, as questões objetivas, determinam objetivamente as relações entre os complexos de classes antagônicas, e que essas se formam “em-si” como produto objetivo, investigando sempre de modo concreto as posições ontológicas do pensamento: “nas conexões do ser, das relações do ser, das mutações do ser etc. que ocorrem no âmbito do ser social” (LUKÁCS, 2013, p.186). O movimento do ser social, e o desenvolvimento das classes sociais e de sua relação recíproca nos mostra, a tendência que tentamos demonstrar até o momento: “o caráter cada vez mais social do ser e de suas relações” (LUKÁCS, 2013, p. 187).

O PROBLEMA DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

O problema da classe “para-si” desenvolve-se a partir do “em-si” o que nos indica que o “ente objetivo da classe origina-se das relações de produção concretas” (LUKÁCS,

2013, p. 184). O proletário, entretanto é simultaneamente, pela sua posição de classe subordinada em relação à burguesia, o que constitui o antagonismo irreconciliável da sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2008).

Quando se fala de classes revolucionárias, o que importa, antes de tudo, é dar relevo a divisão entre classe em si, isto é, a classe confrontada com a classe dominante, e a classe para si mesma (LUKÁCS, 2013, p. 521).

A consciência proletária é, portanto, a consciência do trabalhador de seu ser social “encaixado” em um antagonismo necessário do próprio metabolismo do capital, “em oposição à contingência de grupo que percebe somente parte mais ou menos limitada da confrontação global” (MÉSZÁROS, 2008, p. 72). A necessidade do reconhecimento da contradição entre o “ser” e a “existência” do proletariado traz consigo a tarefa de superar o abismo entre a consciência de grupo e a consciência de classe, ou seja, transcender os limites da consciência econômica de grupos determinados de trabalhadores em direção a uma consciência global de seu ser social (MÉSZÁROS, 2008). Aquilo que Lenin se depara no processo revolucionário russo: estamos de “acordo que é preciso desenvolver a consciência política da classe operária” a “questão que se coloca é como fazê-lo e o que é necessário para isso” (LENIN, 2015, p. 134). O desenvolvimento da consciência da classe “para-si” é um processo dialético, através da realização das mediações necessárias de uma atuação autoconsciente.

o erro capital de todos os “economistas”, a saber: a convicção de que se pode desenvolver a consciência política de classe dos operários, por assim dizer, *a partir do interior* da sua luta econômica, isto é, partindo unicamente (ou, pelo menos, principalmente) dessa luta, baseando-se unicamente (ou, pelo menos, principalmente) nessa luta. (...) A consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isso é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera de onde se poderá extrair esses conhecimentos é a das relações de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de *todas* as classes entre si. Por isso, à questão: “que fazer para levar aos operários conhecimentos políticos?” – não se pode simplesmente dar a resposta com a qual se contentam, na maioria dos casos, os militantes práticos, sem falar daqueles que tendem para o “economismo (...)” (LENIN, 2015, p. 135, *grifos do autor*).

A partir da citação de Lenin, percebemos que de fato o desenvolvimento direto ou espontâneo da consciência de classe, seja por um impacto das crises econômicas ou como resultado do auto-esclarecimento individual, não passa de um sonho utópico (MÉSZÁROS, 2008). Lukács ainda ressalta:

Desse modo, a luta imediata, na qual está em jogo o mais-valor, é inserida no grande complexo da sociedade como um todo; a politização comporta um direcionamento para a totalidade do ser social que visa a mudança prática, cujo meios espirituais só podem ser as generalizações das determinações sociais, porque só através de mediações dessa espécie os movimentos espontâneos de insatisfação conseguem se transformar em atos políticos que, sob certas circunstâncias, podem ser sintetizados numa ação revolucionária (LUKÁCS, 2013, p. 521).

Dessa maneira as generalizações de orientação político-prática, embora seus pontos de partida sejam individuais, por estímulos intelectuais e emocionais, constituem o meio pela qual a *práxis* política pode extrapolar os interesses (econômicos) imediatos de classe, e transformar-se em um movimento universal (LUKÁCS, 2013). Segundo Mazzeo (2015), a relação imediata entre teoria e prática se realiza permanentemente na vida cotidiana dos homens, pelo processo de reprodução social, possibilitando dessa forma o desenvolvimento de outra relação, que se estabeleça e transforme os nexos imediatos em nexos mediados pela reflexão sobre o cotidiano, realizado em sua base material, mas ao mesmo tempo distanciado de sua imediatez mesma. Não é por acaso, que na citação anterior de Lenin ele ressalta que a consciência “vem de fora”, ou seja, em um sentido de distanciamento das relações imediatas que se estabelecem entre trabalhador e patrão, de forma que esse “de fora” seja a ligação de uma visão global (totalidade) da sociedade, que só pode ser atingida por meio da reflexão científica.

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, a história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história (MARX, 2007, p.86).

Objetivamente nos coloca a dimensão para a superação da consciência debilitada pelo estranhamento, ou seja, superar os limites impostos pela vida cotidiana, necessariamente implica em apreender a realidade e superar os limites da imediatez, reorientando a ação política por meio do entendimento da forma de produção e reprodução da vida. A relação entre conhecimento e a imediatez cotidiana não pode ser estabelecida mecanicamente, como um resultado direto de causa

e efeito, mas ao contrário, é uma relação dinâmica e mediada pelos vários complexos (MAZZEO, 2015).

O fator subjetivo da história tem papel fundamental, pois, consegue desenvolver todo potencial para enfrentar e resolver os conflitos, por um lado, a insatisfação imediata com as condições sociais concretas dadas, e a oposição contra elas, chega teoricamente à negação da sua totalidade, por outro lado, a fundamentação daí resultante não permanece mais como mera crítica da totalidade existente, mas se converte em práxis pela absorção das concepções obtidas, ou seja, “elevar a noção teórica à condição de práxis eficaz da ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 523).

Lukács nos mostra com muita clareza que as grandes transformações históricas, jamais se constituem de forma mecânica do processo de desenvolvimento produtivo. A consequência histórica necessária do desenvolvimento econômico, pode até criar condições objetivamente revolucionárias, “mas de modo algum produz simultaneamente em conexão obrigatória com elas o fator subjetivo fática e praticamente decisivo” (LUKÁCS, 2013, p. 524). E ele ainda ressalta:

De modo universalmente ontológico, elas estão baseadas, em última análise, no caráter alternativo de toda resolução humana, cujo pressuposto necessário é que os mesmos acontecimentos sociais influem diferentemente sobre os diferentes estratos e, em seu âmbito, sobre os diferentes indivíduos. Contudo, só esses acontecimentos, as condições por eles criadas, podem ter uma determinidade evidentemente causal. Naturalmente cada modo de reação de todo homem singular tem a sua pré-história causal concreta; e a sua influência determinante não é nem de longe tão unívoca quanto a conexão entre dois fenômenos econômicos (*Ibidem*, 2013, p. 524).

Portanto, a transcendência da classe “em-si”, (sua condição alienada/estranhada), e o desenvolver da sua consciência alienada, como momento que impulsiona sua crítica e superação, não se realiza espontaneamente, isto é, não resulta das manifestações espontâneas da consciência produzidas pela imediaticidade da práxis cotidiana, o conhecimento da alienação requer um complexo de mediações, que exige a unidade dessa consciência espontânea produzida pelos vínculos imediatos entre teoria e prática com a incorporação de nexos mediativos elaborados pela ciência. Dessa forma, o problema reside em ligar o “em-si” produzido na vida cotidiana pela consciência imediata, ao “para-si” construído por mediações com base na própria realidade objetiva: “toda a

questão reside na busca da essencialidade das manifestações fenomênicas cotidianas” (MAZZEO, 2015, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que a transposição da vastidão intelectual e filosófica de Lukács só poderia ser delineada no presente artigo em sua forma mais objetiva, mais sistematizada e com um recorte que abordasse o conceito de ideologia e luta de classes nos seus estudos da ontologia do ser social, no que compete uma breve exposição dos conceitos. É fundamental ressaltar que por parte dos autores o tema não se finda no ponto final. Os estudos dos complexos teóricos e práticos que se encontram na teoria lukacsiana vão além das delimitações que optamos no presente artigo. Pois, o movimento das contradições reais de nosso tempo presente, pode ser analisado pela atualidade e validade dos ensinamentos lukacsianos, porém como toda teoria marxista ele não pode ser associado dogmaticamente e engessada em suas aspirações. A ideologia dominante a todo instante recria-se e modifica-se, com isso a luta de classes, a cada novo ciclo se transmutam, ora voltando aos seus pressupostos constitutivos, ora se valendo do novo e melhor modelo socioeconômico que foi constituído pela história.

A atualidade dos estudos de ideologia e lutas de classes na ontologia de Lukács contribui com a elucidação dos fundamentos teóricos burgueses, bem como da ideologia que legitima o poder hegemônico desta classe, assim como a ideologia da classe trabalhadora propondo-se resolver os problemas cotidianos valendo-se dos ditames universalizantes no que compete a totalidade das contradições sociais.

A atualidade de Marx, Lênin, Lukács, Mészáros e tantos outros autores da tradição marxista são fundamentais na mediação da análise do movimento real, fundamentais não apenas por se aproximar consideravelmente da assertividade analítica, os autores marxistas são necessários no que compete à própria transformação da realidade existente, da exposição e luta contra a exploração cada vez mais brutal do homem pelo homem, e de uma nova proposta de sociabilidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, W; HOLZ, H.H.; KOFLER, L. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

CARLI, Ranieri. A política em György Lukács / Ranieri Carli. – São Paulo: Cortez, 2013. **Questões da nossa época**, 2013, v. 49, pp 64.

DOTI, Marcelo M. **Crise energética: manifestações da crise do capital** In: NOVAES, H. T.; PIRES, J.H.; MAZIN, A. D. (orgs.) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia Volume 2**. São Paulo: Outras expressões, 2015, p. 233-254

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**: O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, Sergio. Lukács, trabalho e classes sociais in: DEL ROIO, Marcos (Org). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: 2013, P. 59-72.

_____. **A ontologia de Lukács**. – Maceió: EDUFAL, 1997.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. São Paulo: **Revista Temas**, v4, P. 1-19, 1978.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital O Processo de Produção do Capital (Volume I Tomo I)**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

_____. Emancipação política e emancipação humana in: NETTO, José Paulo (Org) **O leitor de Marx**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012. P. 49-72.

_____. **Sobre a questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Miséria da filosofia Resposta à Filosofia da miséria, do Sr Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Consciência e mediação no pensamento Marxiano – notas aproximativas**. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Antonio%20Mazzeo.pdf> . Acesso em 07 de Agosto de 2017

NETTO, José P. Introdução in: NETTO, José Paulo (Org) **O leitor de Marx**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012. P. 7-35.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. **Revista Verinotio, Espaço de interlocução em ciências humanas**, n. 12, Ano VI, out./2010.

Recebido em 13/03/2018

Aprovado em 21/09/2018